

FAMÍLIA E IDOSOS NO NORDESTE BRASILEIRO

Benedita Edina da Silva Lima Cabral*

RESUMO: O envelhecimento da população é um desafio para a sociedade atual. No Brasil e na Região Nordeste os segmentos idosos são cada vez mais relevantes, influenciando as políticas públicas, as relações de gênero e gerações na família e na sociedade. Este artigo faz uma breve revisão da literatura e apóia-se em dados empíricos para analisar inovações nas relações familiares das camadas populares, quando a família se organiza sob a direção da pessoa idosa, buscando alternativas para a vida cotidiana.

PALAVRAS-CHAVE: Relações familiares, Nordeste, chefia de família, idoso, camadas populares.

INTRODUÇÃO

Os estudos sobre a família mostram sua permanência na história da humanidade e revelam como as formas conhecidas atendem às necessidades de reprodução e socialização dos seres humanos (KONIG, 1981, p. 5) Modelos de família foram identificados nas mais remotas sociedades (LEVI-STRAUSS, 1980, p. 9), porém definir a família¹ não é tarefa simples.

* Professora do Departamento de Sociologia e Antropologia da Universidade Federal da Paraíba. Campus II. Aluna do Doutorado em Ciências Sociais da UNICAMP.

¹ Segundo LÉVI-STRAUSS (1980, p. 16) a questão pode ser tratada assim:

Tentar resolver este problema implica em primeiro lugar, definir aquilo que entendemos por “família”. Tal intento não pode consistir em integrar as numerosas observações práticas realizadas em distintas sociedades, nem tampouco em limitarmo-nos à situação que existe entre nós. Pertinente é construir um modelo ideal daquilo que pensamos quando utilizamos a palavra família. Ver-se-ia, então, que tal palavra serve para designar um grupo social que possui pelo menos, as três características seguintes: 1) Tem a sua origem no casamento. 2) É formado pelo marido, pela esposa e pelos(as) filhos(as) nascidos do casamento, ainda que seja concebível que

Os historiadores analisam como a família se organizou em várias épocas históricas e também o desenvolvimento do modelo de família nuclear conjugal entre os séculos XI e XIV, período considerado *crucial* (G. DUBY, *apud* FONSECA, 1989, p. 55) para conhecer o processo de formação da família contemporânea. A pesquisa sobre a criança na idade moderna contribuiu, decisivamente, para a compreensão do surgimento dos sentimentos e dos afetos no interior da família nuclear (ARIÈS, 1980). Também, os estudos ingleses sobre o casamento e o amor romântico, a partir do século XIII, relacionaram a escolha do cônjuge na lógica do individualismo que caracterizou a Inglaterra. As escolhas matrimoniais eram uma decisão pessoal, estavam fora da competência da igreja, pertenciam ao mundo privado, devendo os pais serem consultados e os amigos aprovarem (MacFARLANE, 1990, p. 154-156). Esse mesmo autor também analisou a lógica de *ter filhos como segurança para ele, os problemas da pobreza e da velhice estão estritamente ligados. É particularmente ao encarar as dificuldades econômicas e sociais da velhice que os filhos são valorizados.* (Op. cit., p. 119). FLANDRIN (1994), estudou a intromissão da Igreja na vida familiar, o recasamento e o controle dos registros de nascimentos através das paróquias, a partir do século XII na França, e mostrou como: *...aquilo que outrora se chamava a família não se confundia com o trio pai-mãe-filhos, e que não é possível estudar esse trio nos séculos XVI, XVII e XVIII sem atender às suas ligações com a linhagem ou o parentesco, por um lado, e com a domesticidade, por outro.* (Op. cit. p. 18).

A família conjugal moderna surge em torno da valorização da criança e do seu lento processo de desenvolvimento, naquilo que foi considerado como *evolução das afetos* por (ARIÈS, 1964), que mostrou como os *laços da família* se constituem em torno dessa afetividade dos pais e mães para com seus filhos.

outros parentes encontrem o seu lugar junto do grupo nuclear. 3) Os membros da família estão unidos por a) laços legais, b) direitos e obrigações econômicas, religiosas e de outro tipo, c) uma rede precisa de direitos e proibições sexuais, além duma quantidade variável e diversificada de sentimentos psicológicos tais como amor, afeto, respeito, temor, etc.

Segundo DONZELOT (1986, p. 11) *o sentimento moderno de família teria surgido nas camadas burguesas e nobres do Antigo Regime, estendendo-se, posteriormente, através de círculos concêntricos, para todas as classes sociais, inclusive o proletariado do fim do séc. XIX*. Entre os autores há uma compreensão de que houve, no percurso da história do casamento e da família, um processo de disciplinamento e moralização das relações sexuais, com vistas a controlar a fecundidade e preservar a descendência, o direito de herança, o controle da bastardia, organizando-se progressivamente uma moralidade da família, presente nas legislações que regulam a vida em sociedade e que se impuseram como modelo institucional.

As historiadoras feministas propõem a discussão em torno das relações entre os gêneros, como o eixo estruturador da constituição das famílias, denunciam o processo de submissão da mulher ao poder do homem e questionam o *silêncio oficial* sobre a trajetória feminina neste longo percurso histórico da constituição da família. (FONSECA, 1989, p. 62-63).

O Estado, ao regular os vínculos familiares considerou a família nuclear o *locus* privilegiado da reprodução da vida material e cultural. A tradição da família moderna atribui à mãe as tarefas fundamentais da socialização e as mais amplas de conformação da personalidade dos futuros adultos.

Em fins do século passado e início do século presente uma forte aliança foi estabelecida entre o médico e a família, através da mãe, em busca de higienizar a vida doméstica e familiar, organizando os procedimentos e as relações de cuidado entre os adultos e as crianças, buscando separar as crianças dos criados, com vistas a reorganizar a família, sendo atribuído à mulher, mãe de família, mais uma responsabilidade: *como um aliado de plantão, a mãe, a única capaz de conter cotidianamente o obscurantismo da criadagem e impor seu poder à criança* (DONZELOT, 1986, p. 25).

O modelo de relações que aparece na família nuclear contemporânea consolidou-se durante o século XX e aparece ainda triunfante com todas as flexibilidades construídas pelos diferentes tipos de relacionamentos, que foram se incorporando à sua forma de ser (VAITSMAN,

1994). Nem as crescentes taxas de divórcio, desde o início do século, foram suficientes para ameaçar ou superar o ideal de família. A ideia de família como o lugar contraditório de conflitos e harmonia alimenta o sonho do **refúgio** e do **porto seguro** que todos desejam (LASCH, 1977), reforçado ultimamente, nas imagens idealizadas que se impõem a todo o momento.

As muitas transformações que ocorreram nas relações familiares, algumas mais velozes, outras mais demoradas, são indícios dos impactos da modernização da sociedade. A família tradicional brasileira baseada no modelo patriarcal, vem se transformando rapidamente, sendo apontado o fenômeno da urbanização como um de seus elementos modificadores e também, a inserção da mulher no mercado de trabalho, fatores que influenciaram no declínio da fecundidade, o qual resultou na redução do tamanho da família atual (CORRÊA, 1984; GOLDANI, 1994; FONSECA, 1989; BERQUÓ, 1990).

O que se observam são as modificações nas formas de convivência familiar, supondo um processo de *flexibilização* do modelo tradicional e idealizado de família, em resposta às rápidas mudanças e as rupturas nos modos de vida em sociedade.

As análises demográficas contribuem, ampliando o conhecimento sobre a família, ao revelarem como ocorrem as modificações em certas estruturas das sociedades, explicitando como evoluíram as taxas de mortalidade, de fecundidade e da esperança de vida que resultaram em ganhos significativos no prolongamento da vida humana (BERQUÓ, 1990, 1996). O impacto desses processos sobre a organização da família influencia uma nova configuração para as relações familiares e altera as expectativas quanto aos papéis paternos, maternos e filiais. Dentre os fatores demográficos destaca-se um, inteiramente novo na história da humanidade, a generalização da longevidade, a qual produziu efeitos importantes no interior da família, como a convivência prolongada entre as gerações e as possibilidades reais dos indivíduos passarem mais tempo de suas vidas na condição de avós, pais, filhos e netos, vivenciando a superposição desses papéis como analisado por GODARD (1991) e GOLDANI (1990, p.

149): *a probabilidade de que uma criança hoje tenha avós e por um tempo maior do que seus pais os tiveram, somado ao fato comum de que viúvas ou pessoas de idade compartilhem o domicílio, fez crer que os laços familiares estão mais estreitos do que nunca.*

A discussão sobre o casamento como o ato inicial da constituição da família, também vem se modificando face à expansão da longevidade, como mostra a análise de OLIVEIRA (1996, p. 55) que compara as taxas de divórcio e faz a seguinte consideração:

... O casamento não teria sido inventado para durar tanto tempo quanto teriam que resistir as uniões modernas, em razão do aumento da expectativa de vida. As avaliações acerca do impacto social do prolongamento da sobrevivência de homens e mulheres mostram que nunca no passado tiveram os casais a oportunidade demográfica de tão longa convivência a ponto de ultrapassar em muito o período dominado pela geração e criação de filhos.

Outra análise neste sentido que compara as formas contemporâneas de família em duas sociedades, Estados Unidos e França, defende a tese que *a família é um negócio entre as gerações* e seu autor (GODARD, 1992), apóia-se nas observações sobre a experiência atual da convivência multigeracional, para mostrar como ocorre a existência da família polissincrônica, quando gerações sucessivas convivem, compartilhando, na mesma família, o mundo contemporâneo. Analisa a construção dos laços avós/netos e as novas atribuições que incidem no cotidiano dos avós, com relação aos cuidados com as crianças, e discute o sistema de transmissões de bens no sistema de sucessão vigente na França. Além disso reafirma uma particularidade da longevidade, como por exemplo, uma *configuração intergeracional de duas famílias geriátricas, quando filhos de 62 anos se encontram mobilizados por seus "pais/crianças" de 85 anos* (GODARD, 1992, p. 149).

O fenômeno da longevidade crescente a partir das últimas décadas desse século aumentou em cerca de 13 anos a expectativa de vida no Brasil, a qual segundo GOLDANI (1994) passou de 54 para 67 anos no período compreendido entre 1960 e 1990. Também relacionando esta longevidade à vida familiar, a autora advertia para a superposição dos papéis: *esta maior longevidade estaria propiciando também uma superposição de*

papéis, bem como a convivência de diferentes gerações com efeitos sobre a redefinição das relações e responsabilidades no interior da família (GOLDANI, 1994, p. 320)

As pesquisas dos anos 80 sinalizavam para a importância dos estudos que focalizassem a condição da mulher e sua relação na família. As contribuições sobre essa temática foram apontadas por CORRÊA (1984) para quem *os estudos sobre a família têm uma história bem estabelecida nas Ciências Sociais* (1984, p. 30) além de conclamar para que se produzam estudos sobre as relações familiares dos avós (p. 31). Introduzindo em seu texto a temática da velhice, chamou atenção para a participação das **mulheres velhas** e numa comparação entre os papéis de gênero, afirma:

Aparentemente, a velhice é um momento do ciclo de vida humana, familiar e social mais facilmente enfrentado pelas mulheres na nossa sociedade (DEBERT e COSTA, 1982), já que elas parecem ter assegurado a continuação de sua utilidade doméstica mesmo quando perdem seu papel de trabalhadoras “produtivas” – ao contrário do que ocorre com os homens (CORRÊA, 1984, p.33).

As análises de DEBERT (1994) sobre o envelhecimento, contribuem para o entendimento das expectativas possíveis das relações intergeracionais na família e na sociedade, além de focalizar os limites das pesquisas para dar conta dessas relações. Para essa autora

a dificuldade central dos trabalhos que procuram avaliar o bem-estar na velhice, em termos de relações entre gerações na família, integração ou segregação espacial, está sem dúvida, na ausência de medidores eficazes e definitivos. Contudo, a velhice é retratada de maneira distinta em função do tipo de interação focalizada. Pensar na relação entre o idoso e a família é ora fazer um retrato trágico da experiência de envelhecimento, ora minimizar o conjunto de transformações ocorridas nas relações familiares (DEBERT, 1992, p. 40).

Por outro lado, a discussão sobre a longevidade da população extrapolou a família e os aspectos relacionados à vida privada, tornando-se, cada vez mais, uma questão pública, como já apontavam BEAUVOIR (1983) e GUILLEMARD (1989) desde os anos setenta. Atualmente o envelhecimento é um tema recorrente – na academia, na mídia e nas políticas públicas, principalmente nas relacionadas à seguridade social e naquelas que atribuem, à família, obrigações para com seus idosos. Ademais, as

reconhecidas limitações que incidem sobre a saúde, durante o envelhecimento, têm provocado um conjunto de prescrições legais para assegurar a proteção às pessoas idosas, do ponto de vista das obrigações familiares e também, da prestação de assistência médica/hospitalar (VERAS, 1994).

No Brasil, são preocupantes as demandas da população idosa, a maioria dela sem condições de vida adequadas, como mostraram as conclusões do Seminário Internacional do Envelhecimento Populacional, patrocinado pelo Governo Federal, realizado em julho de 1996, para discussão da Lei n. 8.842, que regulamenta a Política Nacional do Idoso.

O envelhecimento ocorre em todas as regiões geográficas (BELTRÃO e CAMARANO, 1997), sejam as mais ou as menos desenvolvidas, o percentual de idosos é sempre crescente. No Nordeste, por exemplo, onde se verificam os menores índices de desenvolvimento, surpreende o elevado percentual idoso da população. Face às reconhecidas carências sócio-econômicas dessa região e a conjuntura atual, deve-se avaliar as reais possibilidades desse segmento viver os ganhos do prolongamento da vida com dignidade, tendo a família como um valioso recurso e principal aliado para atingir essa meta.

As demandas do segmento idoso se impõem e ultrapassam projeções (VERAS, 1994) face ao seu rápido crescimento também em todos os estratos sociais, sendo a população que mais cresce no mundo atual. Algumas das questões do debate sobre o tema são: 1) será ainda possível planejar e projetar formas de convivência intergeracional, seja na família ou fora dela, mais otimistas para o futuro próximo? e, 2) a sociedade será capaz de dar conta das especificidades e das reais possibilidades desse segmento? Esta pesquisa pretende contribuir com alguns elementos, tomados da experiência cotidiana dos idosos paraibanos, para sugerir alternativas possíveis.

A FAMÍLIA DOS IDOSOS DAS CAMADAS POPULARES

A família é considerada uma das mais confiáveis instituições da sociedade.² A história e a demografia apontam diferentes formas de famílias em todas as camadas sociais e segmentos etários. As políticas públicas fazem incidir sobre a família a responsabilidade pela proteção aos indivíduos. Por outro lado, a Conferência da ONU sobre *o Envelhecimento Populacional*, realizada em Viena em 1982, definiu o trio Família – Comunidade – Estado como responsável pela proteção e bem-estar dos idosos.

A família é o *locus* primeiro de mediação cultural, da reprodução material dos indivíduos, espaço de conflitos e afetividade, reduto da vida privada, *refúgio* para o mundo hostil circundante (SARTI, 1996; LASCH, 1991). As relações de gênero e gerações são vivenciadas pelos indivíduos, os quais compartilham eventos históricos enquanto constroem trajetórias de vida desde a infância até a velhice. O modelo de família nuclear conjugal tem permanecido, amoldando-se às transformações que revolucionaram as relações sociais quanto aos papéis de gênero, às hierarquias entre as gerações, a autoridade paterna e o tamanho da família.

A pesquisa realizada com pessoas idosas de 60 anos e mais de idade, pertencentes às camadas populares da cidade de João Pessoa/PB, focaliza a família buscando conhecê-la através de observações, coleta de dados em fontes estatísticas e através de perguntas sobre: a chefia da família, o número de pessoas conviventes, as relações de parentesco, o tipo da moradia, estado civil dos membros, rendimentos, escolaridade, profissões, atividades religiosas, comunitárias e recreativas, como também sobre os relacionamentos familiares e a autopercepção da condição etária da pessoa idosa entrevistada. Os dados censitários e dos PNAD's completaram o quadro de informações buscadas.

O estado conjugal da população idosa brasileira estudado por vários autores indica que idosos vivem em família, ocupam posição de chefia até idades avançadas, *62% de pessoas com idades entre 65 e 69 anos e 54% entre*

² O jornal "Folha de S. Paulo" em 20-9-1998, publicou os resultados de extensa pesquisa sobre a atual família brasileira, apontando que a família é assim considerada para 61% da amostra pesquisada.

80 e 84 anos e aproximadamente 76% dos homens estavam casados em 1991 e mais de 50% das mulheres, viúvas (BELTRÃO e CAMARANO, 1997, p. 115).

TABELA 1 - Distribuição Percentual da População Idosa por Estado Conjugal e Sexo – 1991- Brasil

Estado Conjugal	Homens	Mulheres	Total
Solteiro	4,2	7,6	6,0
Casado	76,3	33,9	52,9
Separado	4,8	5,9	5,4
Viúvo	14,8	52,7	35,7
Total	100,0	100,0	100,0

Fonte: Censo Demográfico de 1991 *apud* (Beltrão e Camarano, 1997, p. 116)

A Tabela 1 é indicativa das diferentes possibilidades por gênero da pessoa idosa conviver em família conjugal ou não. A possibilidade de recasamento é diferenciada por sexo, sendo os viúvos uma minoria face às viúvas, pelas chances dos primeiros casarem-se, preferencialmente, com pessoas de idades jovens, um procedimento recorrente em todas as camadas sociais (BERQUÓ, 1990, 1996; GOLDANI, 1993, 1994; OLIVEIRA, 1997).

A família dos idosos das camadas populares estudadas revelou padrões de organização semelhantes aos vigentes em outras camadas sociais brasileiras – apesar das grandes restrições que imprime ao seu cotidiano um precário acesso aos bens materiais e culturais – sendo a convivência com filhos adultos e netos uma característica dessas famílias.

O maior percentual encontrado foi de famílias monoparentais, com aproximadamente 30% de *mãe com filhos* adultos, solteiros ou separados e o grupo multigeracional avó-filhos(as)-netos(as), o qual corresponde a 14%. Família conjugal, o casal idoso com filhos adultos, são 18% e com filhos adultos e netos, 10%. O casal idoso, ou a idosa, só com netos, 4%. O casal idoso isolado, 8%. Idosos vivendo sós, 7,5% e com outras pessoas 7,5% (Quadros I, II e III).

As mulheres idosas correspondem a mais da metade dos entrevistados e convivem mais em famílias monoparentais tipo *mãe com filhos* ou multigeracionais, tipo avós-filhos-netos.

A família das camadas populares é mais ameaçada pelo desemprego, pelos baixos salários e pela violência, que as atinge fortemente. Uma vulnerabilidade que afeta suas possibilidades de permanecer como unidade, face às rupturas conjugais e ao abandono, que penaliza os membros mais frágeis, como as crianças e os idosos. Essas dificuldades influenciam os arranjos familiares, a exemplo do uso da moradia e contribuem para agravar a disputa pelos precários recursos de sobrevivência, fazendo incidir uma maior sobrecarga do trabalho doméstico para a mulher.

As estatísticas demográficas para o Brasil, apontam a família³ como o padrão principal de convivência na sociedade. Segundo as PNAD's 1981 e 1990, as unidades domésticas identificavam os vínculos familiares básicos assim: pais com filhos 65% em 1981 e 60,9% em 1990, enquanto as mães com filhos passaram de 11,7% em 1981 para 13,9% em 1990. Registrou-se, então, um declínio do modelo *pais com filhos* e uma expansão do modelo *mães com filhos*. Aparecendo como novidade a expansão das famílias monoparentais tipo *mãe com filhos* e o aumento dos domicílios unipessoais e *apesar de ter aumentado entre os mais jovens o número dos que moram sozinhos, as unidades domésticas unipessoais continuaram sendo predominantemente constituídas por idosos, 44,4% das quais tinham 60 anos ou mais e por mulheres, em 52,8% dos casos* (RIBEIRO *et al*, 1994, p. 137).

As famílias chefiadas por mulheres aumentaram nos anos 80 e estão mais concentradas nas áreas metropolitanas do Nordeste, onde mais cresceu o modelo de domicílios com mulheres na chefia (GOLDANI, 1993, p. 83). Em 1989, segundo a mesma autora, o percentual desse tipo de famílias alcançou 27,2% do total.

Também é relevante a idade das mulheres chefes de família. Quando as mulheres ocupam a chefia da família ocorre o inverso do que ocorre com os homens; elas ocupam mais a condição de chefe com o

³ GOLDANI, A. M., 1993, p. 78, nota nº 1, discorre sobre os critérios adotados pelo IBGE para definir família, tanto para os censos como para as PNAD's. "Os dados referem-se, portanto, às famílias residentes em domicílios particulares e às informações das pessoas residentes nos domicílios da amostra"... "Portanto, a definição de família para o IBGE, equivale ao de unidade doméstica residencial e não à concepção mais comum, que é o de família como um grupo de pessoas conviventes que mantêm vínculo de parentesco resultante de consanguinidade ou de adoção".

avanço da idade (Cf. GOLDANI, 1994) e como principais razões são apontadas: a viuvez, o abandono masculino da família, as separações e os divórcios, que afetam mais as mulheres, as quais têm as menores chances de recasamento e como apontado antes, viverão os anos da maturidade e velhice fora da relação conjugal⁴.

O tamanho médio das famílias brasileiras por domicílio teve uma redução do número de pessoas por unidade, diminuindo de 4,5 para 4,1 pessoas por família no período 1980/1990. Para o Nordeste, o tamanho da família no mesmo período reduziu-se de 5,0 pessoas para 4,5.

Uma das formas de classificação das famílias é considerá-las através dos ciclos da vida dos filhos, definindo-as por fases, assim: a fase jovem quando todos os filhos têm menos de 14 anos; a fase intermediária, onde há filhos de menos e de mais de 14 anos e a fase da maturidade, quando todos estariam acima dos 14 anos (RIBEIRO, *et al*, 1994, p. 141). Uma outra categorização foi adotada por (PRATA, *et al* 1993, p. 139) para classificar as famílias pela idade do chefe (idoso ou não) e pela presença ou ausência de idosos: *as que não têm nenhuma pessoa idosa; aquelas cujas chefes são pessoas idosas, e as que têm pessoas idosas mas cujos chefes não o são*. Três tipos de família foram identificadas:

- Famílias jovens - não têm nenhum membro idoso
- Famílias maduras - têm pessoas idosas que não são os chefes
- Famílias idosas - aquelas cujos chefes são idosos. (PRATA *et al*, 1993).

Esta classificação ancorada na condição de quem ocupa a posição de chefe, permite uma análise qualitativa das relações entre os membros da família e favorece também uma compreensão mais precisa do lugar ocupado pela pessoa idosa na família.

⁴ CAMARGO e YAZAKI (1990, p. 84) assim comentam: *no sexo feminino, ao contrário do masculino, a taxa de chefia aumenta aos poucos, até alcançar 30% após os 65 anos – ou seja, é na terceira idade que a proporção de mulheres chefes é mais elevada, devido provavelmente à separação ou perda do marido e, portanto, à necessidade de assumir o “comando” da casa, já que as mulheres viúvas ou separadas têm menor oportunidade de recasamento que os homens.*

TABELA 2 - Chefia de Domicílio, por idade (60 anos e mais) e por sexo
Paraíba - 1991

Grupos de idade dos chefes	TOTAL DE Domicílios 693.363	HOMEM	MULHER
	100%	80,44%	19,55%
60-64	48.042	34.268	13.774
65-69	46.800	33.039	13.761
70-74	35.961	24.994	10.967
75-79	26.662	17.887	8.775
80 e +	20.512	13.096	7.416
Subtotal	177.977 100%	123.284 69,3%	54.693 30,7%
	25,7%	22,1%	40,3%

Fonte: Censo IBGE 1991 – Paraíba, p. 240-247

A classificação de PRATA *et al* (1993), aplicada à análise dos dados censitários relativos à chefia do domicílio para o estado da Paraíba (IBGE, 1991) permite identificar um elevado percentual de *famílias idosas*, localizando-se 25,7% dos domicílios chefiados por pessoa de 60 anos e mais de idade (Tabela 2). Comparativamente às outras regiões brasileiras analisadas por outros autores, PRATA *et al* (1993) e CAMARGO e YAZAKI (1990), constata-se a expressividade da família idosa na sociedade paraibana. Na análise da chefia do domicílio,⁵ por sexo, se verifica o alto percentual de mulheres idosas ocupando a posição de chefes. No conjunto das mulheres chefes do domicílio, as chefes idosas correspondem a 40,3%, muito superior aos 22,1% dos chefes idosos, no conjunto dos homens chefes. Nesta pesquisa se confirmam as tendências de aumento da chefia feminina em idades mais elevadas, convergente com as análises de GOLDANI (1994) e BERQUÓ (1996).

Entretanto, a família nuclear conjugal é ainda predominante e aproximadamente 50% do grupo etário 65-69 anos convive nesta família. Muito embora os idosos mais idosos tendam a conviver em famílias estendidas, é expressivo o percentual de idosos **vivendo sós** em faixas etárias altas. Encontraram-se as chamadas famílias unipessoais numa varia-

⁵ Segundo GOLDANI (1993, p. 78) *mesmo restrito à unidade de residência, é possível trabalhar com o grupo de parentesco como família e assim aproximar-se do conceito sociológico de família.*

ção entre 11 e 15% experimentadas por idosos de 70 a 90 anos, como registram BELTRÃO e CAMARANO na Tabela 3.

TABELA Nº 3 - Distribuição de Pessoas por Espécie de Família e Grupo de Idade
Brasil 1991

Espécie Família	Idade						Total
	65 a 69	70 a 74	75 a 79	80 a 84	85 a 89	90 e mais	
Nuclear	49,15%	44,15%	38,71%	33,30%	28,57%	25,65%	43,09%
Estendida	37,50%	39,84%	42,72%	46,22%	50,78%	55,02%	40,80%
Composta	4,06%	4,25%	4,65%	5,28%	6,05%	7,08%	4,48%
Unipessoal	9,28%	11,75%	13,93%	15,20%	14,60%	12,25%	11,64%

Fonte: IBGE - Censo Demográfico 1991 (BELTRÃO e CAMARANO, 1997, p. 117).

As sucessivas análises apontam para os novos arranjos familiares, resultado das transformações das relações na sociedade e na família. A forte presença da mulher na chefia da família é sugestiva desse ordenamento familiar onde a mulher desempenha uma diversidade de papéis em substituição ao homem, cada vez mais ausente.

A pesquisa com os idosos(as) das camadas populares revelou um perfil semelhante para seus arranjos familiares (Quadros I, II e III). Mas o percentual de 7,5% deles(as) **vivendo sós** surpreendeu. Às indagações sobre a forma solitária de viver trouxeram respostas que incluem o abandono do cônjuge e dos filhos, a viuvez, a distância geográfica de filhos e parentes, dificuldades para continuar na própria casa, e também a escolha pessoal desse modo de vida.

Aos poucos surgem idéias diferenciadas para vivenciar o envelhecimento, as quais, confrontadas com os estereótipos (DEBERT, 1996), conduzem a expectativas inovadoras e até opostas àquelas que reservam aos idosos a condição de dependentes de cuidados.

QUADRO I

Chefia da casa	Absoluto	%
O próprio(a)	101	62,5
Esposo	41	25,2
Filho(a)	9	5,5
Outro(a)	9	5,5
TOTAL	162	100,0

Fonte: Pesquisa de campo (PB - 1995)

QUADRO II

Estado civil do idoso(a)	Absoluto	%
Viúvo(a)	74	45,7
Casado(a)	63	39,0
Solteiro(a)	18	11,1
Outro	7	4,2
TOTAL	162	100,0

Fonte: Pesquisa de campo (PB - 1995)

QUADRO III

Relações de parentesco entre o idoso e residentes	Absoluto	%
Filhos(as)	48	30
Esposo e filhos	29	18
Filhas e netas	22	14
Esposo, filhos e netos	16	10
Esposo	13	8
Esposo e netos	7	4
Netos	4	2,5
Não parentes	11	7
Vivem sós	12	7,5
Total	162	100,0

Fonte: Pesquisa de campo (PB - 1995)

Os idosos das camadas populares pesquisados convivem em famílias tipo “conjugal” ou “monoparental”, e chefiam suas famílias em 87,7% dos casos. Quase a metade, 47,5% são viúvos(as), enquanto 39% são casados(as). Solteiros são 11%, enquanto 4% não revelaram estado civil. As relações parentais analisadas, implicam a convivência com filhos e netos para a grande maioria, o que surpreendeu, por se tratar de segmentos que dispõem de poucos recursos, que 7,5% deles vivam sós.

A convivência multigeracional atende à tradição de acolhimento dos filhos e netos, face às suas dificuldades para se constituírem independentemente. Os filhos buscam apoio dos pais idosos, numa prática coerente com a *moralidade dos pobres* (SARTI, 1996), que dividem *teto e comida*, nas redes de solidariedade tecidas entre parentes e amigos, muitas vezes como única alternativa para sobreviverem.

A organização desses arranjos familiares, plenos de tensões, obedece aos padrões morais que reconhecem a autoridade dos mais velhos explicitada na condição de Chefe da Casa, que o (a) idoso(a) ocupa, mesmo na presença de filhos adultos e casados. Dentre os recursos disponíveis para idosos destacam-se, além da renda proveniente de aposentadorias e pensões, a propriedade da moradia. Esses dois fatores aliados conferem aos idosos das camadas populares, marcados pela pobreza e por dificuldades de inserção no mercado de trabalho, uma particular condição de provedores, por períodos muito longos, às vezes por toda

vida, conforme relatos verbais dos idosos. Muitos contaram temer morrer e deixarem suas famílias sem meios de vida. Alguns tentam inscrever, nas instituições previdenciárias, seus netos como dependentes, na esperança de transmitir para eles suas pensões, como observado na pesquisa de campo.

A valorização da família nas camadas populares se apóia na articulação desses aspectos, que formam uma ideologia de solidariedade entre as pessoas e favorece uma representação menos sombria para os dilemas experimentados no cotidiano.

Para GOLDANI (1993, p. 99)

não há como negar as profundas transformações nestas relações. As decisões resultam, cada vez mais, de uma negociação, na qual todos os membros da família acabam participando e influenciando para a construção de modelos alternativos de relações ... As formas como isto ocorre e o poder relativo dos membros na família variam por sexo, por gerações e de acordo com o ciclo vital familiar, bem como são diferenciados por grupos e contextos sociais.

Esse argumento ajuda a compreender o significado que os (as) idosos(as) atribuem a permanecer como **Chefe da Casa e da Família**. Ao residirem com filhos adultos e netos em sua própria casa, lutam para que prevaleça sua autonomia e sua condição de chefe, assumindo a responsabilidade pela manutenção de si próprios e de suas famílias.

A importância desse poder sobre seus descendentes, também se exprime na autonomia que eles desfrutam e que também concedem aos filhos e netos, que lhes devem obediência, além de constituir um importante elemento da elevada auto-estima encontrada entre esses idosos, reforçando a valorização da família. Ademais, esta convivência permite e prolonga a experiência das partes envolvidas nas trocas intergeracionais, com as conseqüências positivas dessa relação, ao mesmo tempo em que se ampliam as possibilidades de se desenvolverem os mecanismos da reciprocidade e de conflitos.

A família para idosos das camadas populares ocupa um lugar relevante. É o *locus* da generosa partilha cotidiana de labores, em benefício próprio e dos seus descendentes, acentuando-se o prolongado papel ma-

ternal, levado muito longe pelas mulheres, mães e avós que compõem a maioria da população idosa.

CONCLUSÃO

A discussão sobre a inserção de idosos na família parece não se esgotar. O contingente cada vez maior de pessoas longevas, ultrapassando 60 anos de idade, e sobrevivendo por mais vinte ou trinta anos, vem alterando as relações familiares e as demais relações sociais em formas ainda pouco conhecidas. Os idosos dos segmentos populares, aos poucos ocuparam espaço não só na família mas em outros setores da sociedade. Nas famílias pobres, os pais e mães idosos prolongam a proteção aos filhos e netos, dividem com eles espaço de moradia e a pequena renda dos benefícios previdenciários. Nesta pesquisa o que se constatou para a maioria foi o que chamei relação inversa de cuidados (CABRAL, 1997) quando os filhos permanecem recebendo dos pais, muito além da idade adulta. Face ao aumento das dificuldades econômicas atuais a tendência será a difusão dessas formas de relações familiares com impactos também na distribuição do trabalho doméstico, tradicionalmente atribuído às mulheres.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARIÈS, Philippe
1981 **História social da criança e da família**. Trad. Dora Flaksman. Rio de Janeiro: Guanabara.
- BARROS, Myriam Lins de.
1987 **Autoridade e afeto. Avós, filhas e netas na família brasileira**. Rio de Janeiro: Zahar.
- BEAUVOIR, Simone de.
1983 **La vejez**. Trad. Amora Bernárdez, Barcelona: Edhasa.
- BELTRÃO e CAMARANO
1997 **Revista de Estudos Feministas: Dossiê gênero e envelhecimento**, v. 5 p.116.
- BERQUÓ, Elza, OLIVEIRA, Maria Coleta, CAVENAGHI, Suzana Maria
1990 Arranjos familiares “não-canônicos” no Brasil. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS 5, **Anais...** São Paulo, p. 99-135.

- BERQUÓ, Elza, OLIVEIRA, Maria Coleta, CAVENAGHI, Suzana Maria
1996 Algumas considerações demográficas sobre o envelhecimento da população no Brasil. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL - Envelhecimento populacional, 1. **Anais ... Brasília, MPAS.**
- CABRAL, Benedita E. S. Lima
1997 Vida começa todo o dia. **Estudos Feministas**. Dossiê gênero e velhice, Rio de Janeiro, v. 5, n. 1, p. 104-192.
- CAMARGO, Antonio Benedito H., YAZAKI, Lúcia Mayumi
1990 Características demográficas e sócio-econômicas da população idosa. In: SEADE. **O idoso na Grande São Paulo**. São Paulo.
- CORRÊA, Mariza
1982 Repensando a família patriarcal brasileira: notas para o estudo das formas de organização familiar no Brasil. In: ALMEIDA *et al.* **Colcha de retalhos**, São Paulo: Brasiliense.
- CORRÊA, Mariza
1984 Mulher e política: um debate sobre a literatura recente. **BIB**, Rio de Janeiro, n. 18, p. 27-44.
- DEBERT, Guita Grin
1993 O discurso gerontológico e as novas imagens do envelhecimento. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 7, n. 4, p. 121-128.
- DEBERT, Guita Grin
1992 Família, classe social e etnicidade: um balanço da bibliografia sobre a experiência do envelhecimento. **BIB**, Rio de Janeiro, n. 33, p. 33-49.
- DEBERT, Guita Grin
1994 Gênero e envelhecimento. **Estudos Feministas**. Rio de Janeiro, v. 2. n. 3/94.
- DONZELOT, Jacques
1986 **A polícia das famílias**. Trad. M. T. da Costa Albuquerque, revisão técnica J. A. Guillhon Albuquerque. Rio de Janeiro: GRAAL.
- FLANDRIN, Jean-Louis
1994 **Famílias. Parentesco, casa e sexualidade na sociedade antiga**. Lisboa: Editorial Estampa.
- FONSECA, Cláudia
1989 A história social no estudo da família: uma excursão interdisciplinar. **BIB**. Rio de Janeiro, n. 27, p. 51-73.
- GODARD, Francis
1992 **La famille affaire de générations**. Paris: Presses Universitaires de France.
- GOLDANI, Ana Maria
1993 As famílias no Brasil contemporâneo e o mito da desestruturação. **Cadernos PAGU**. Campinas, n. 1, p. 67-110.
- GOLDANI, Ana Maria
1994 **Família, relações de gênero e fecundidade no Nordeste do Brasil**. Campinas. Tese (Doutorado em Ciências Sociais), UNICAMP (Xerox).
- GUILLERMARD, Anne-Marie

- 1989 La naissance du troisième âge. In: MENDRAS, Henri (org.) **Les champs de la sociologie française**. Paris, A. Colin, p. 87-96.
- JELIN, Elizabeth
1995 Família y gênero: notas para el debate. **Estudos Feministas**. Rio de Janeiro, v. 1, n. 2.
- KÖNIG, René
1981 **La familia en nuestro tiempo**. Trad. para castellano José Almaraz. Madrid: Siglo XXI de España.
- LASCH, Christopher.
1991 **Refúgio num mundo sem coração. A família: santuário ou instituição sitiada?** Trad. Italo Franca e Lúcia Szmrecsanyi. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- LÉVI-STRAUSS, Claude *et al.*
1980 **A família. Origem e evolução**. Porto Alegre: Editorial Villa Martha. (Col. Rosa dos Ventos. v. 1).
- McFARLANE, Alan
1990 **História do casamento e do amor. Inglaterra, 1300-1840**. Trad. Paulo Neves. São Paulo: Cia. de Letras.
- MORAGAS, Ricardo M.
1991 **Gerontologia social. Envejecimiento y calidad de vida**. Barcelona: Editorial Herder.
- MOTTA, Alda Britto da.
1995 Chegando pra idade. **Alteridades**. Salvador, n. 2, abr./set.
- MOTTA, Alda Britto da.
1996 Terceira idade-gênero, classe social e moda teórica. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 20, Caxambu, MG.
- MOTTA, Alda Britto da.
1997 Palavras e convivência – idosos, hoje. **Estudos Feministas**. Dossiê gênero e velhice. Rio de Janeiro, v. 5, n. 1, p. 129-139.
- OLIVEIRA, Maria Coleta
1996 A família brasileira no limiar do ano 2000. **Estudos Feministas**. Rio de Janeiro, v. 4, n. 1, p. 55-64.
- PRATA, Lizete Emília, CAMPANÁRIO, Paulo, SOARES, Carla Andrea.
1993 Envelhecimento, renda e família no Estado de São Paulo. **São Paulo em Perspectivas**. São Paulo, v. 7, n. 4, p. 129-142.
- RIBEIRO, Rosa Maria *et al.*
1994 Estrutura familiar, trabalho e renda. In: KALOUSTIAN (org.) **A família brasileira, a base de tudo**. São Paulo: Cortez, p. 135-183.
- RODRIGUES, Josep A.
1994 **Envejecimiento y familia**. Madrid: Siglo XXI de España (Colección Monografías n. 37).
- SARTI, Cynthia Anderson
1996 **A família como espelho. Um estudo sobre a moral dos pobres**. Campinas: Autores Associados.

VAITSMAN, Jeni.

1994 **Flexíveis e plurais. Identidades, casamento e família em circunstâncias pós-modernas.** Rio de Janeiro: Rocco.

VERAS, Renato P.

1994 **País jovem com cabelos brancos. A saúde do idoso no Brasil.** Rio de Janeiro: Relumê Dumará.